

Lagoinha Energia SPE IV Ltda.

(Empresa em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas das demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Lagoinha Energia SPE IV Ltda.
Russas - CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoinha Energia SPE IV Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoinha Energia SPE IV Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6-F-PR



Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Lagoinha Energia SPE IV LTDA

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022 (não auditado)		Nota	2023	2022 (não auditado)
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	<u>10</u>	<u>10</u>	Capital social		<u>10</u>	<u>10</u>
Total do ativo circulante		<u>10</u>	<u>10</u>	Total patrimônio líquido	8	<u>10</u>	<u>10</u>
Total do ativo		<u><u>10</u></u>	<u><u>10</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>10</u></u>	<u><u>10</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoinha Energia SPE IV LTDA

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 21 de setembro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022 (não auditado)
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-
	<hr/>	<hr/>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	-	-
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras	-	-
Receitas financeiras	-	-
	<hr/>	<hr/>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-
	<hr/>	<hr/>
Resultado antes dos impostos	-	-
	<hr/>	<hr/>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
	<hr/>	<hr/>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/ período	-	-
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoinha Energia SPE IV LTDA

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 21 de setembro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022 (não auditado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/ período	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoinha Energia SPE IV LTDA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 21 de setembro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)		-	-
Integralização de capital		<u>10</u>	<u>10</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		<u>10</u>	<u>10</u>
Integralização de capital		<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>10</u>	<u>10</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoinha Energia SPE IV LTDA

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 21 de setembro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022 (não auditado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício/ período		-	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Integralização de capital	8	<u>-</u>	<u>10</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>10</u>
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>-</u>	<u>10</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/ período		<u>10</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/ período		<u>10</u>	<u>10</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lagoinha Energia SPE IV Ltda. (“LAG IV” ou “Empresa”), com sede na Av. Rural de Russas s/n, em Russas – CE, é sociedade empresária limitada, constituída em 21 de setembro de 2022 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica de Usina Fotovoltaica (UFV), no Município de Russas - CE, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

A Empresa se encontra em fase pré-operacional, com finalização prevista para 2025, com a produção anual ainda não estimada.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Lagoinha IV	41	N/A	10.478	24/08/2021	23/08/2056	N/A	N/A	N/A

Em 22 de agosto de 2023 a Atlantic Energias Renováveis S.A. firmou contrato de compra e venda de ações em que a Energybras Energias Renováveis Ltda., alienou 100% das ações da Lagoinha Holding Ltda. e suas controladas.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Empresa estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Empresa em 16 de abril de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Empresa representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Empresa e outros fatores, quando aplicável.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

a. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Empresa não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Empresa não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
- **Passivos financeiros:** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Mudança nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40);
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06);
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022 (não auditado)
Caixa e bancos	5	5
Aplicações financeiras (i)	5	5
	<u>10</u>	<u>10</u>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

- (i) Título de capitalização emitido pela Santander Capitalização regulamentado pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). O pagamento foi realizado em uma única parcela no início da operação e terá resgate de 100% no final do plano.

8 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 10, dividido em 10.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2023	2022 (não auditado)
Lagoinha Holding Ltda.	10	-
Energybras Energias Renováveis Ltda.	-	10

Em 16 de novembro de 2023, foi realizada a alteração do Contrato Social da Sociedade onde a quotista Energybras Energias Renováveis Ltda. transferiu para a Lagoinha Holding Ltda. a totalidade de 10.000 quotas representativas do capital social da Sociedade, totalmente subscritas e integralizadas.

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% da Lagoinha Holding Ltda. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. (“Grupo CGN Brasil”).

9 Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Empresa.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil na rubrica de caixa e bancos.

	2023		2022 (não auditado)	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo amortizado (*)	Nível 2	Custo amortizado (*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	5	-	5	-
Aplicações financeiras	-	5	-	5

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

10 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Empresa. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Empresa e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Empresa.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque solar.

A Empresa monitora a conclusão da construção dos parques e as licenças necessárias para início da operação e consequente atendimento do contrato de entrega de energia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros ativos da Empresa.

Para mitigar o risco de crédito, a Empresa realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Empresa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Empresa, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Empresa não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

* * *

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador CRC PR – 077115/O-1